



MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL

Colóquio Internacional realizado em Idanha-a-Nova

João Marinho dos Santos
António Silveira Catana
Coordenação



Percursos da História Local Portuguesa

Monografias e representações de identidades locais

Margarida Sobral Neto

Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Membro do Centro de História da Sociedade e da Cultura

No panorama da historiografia actual destacam-se, pela inovação teórica e metodológica, as investigações feitas à escala local, isto é os estudos de comunidade, de freguesia ou de concelho. O interesse dos historiadores por estas dimensões espaciais explica-se por factores de natureza científica, intrínsecos às concepções e às práticas historiográficas, e por motivos de ordem sociopolítica, decorrentes dos novos paradigmas de organização das sociedades e dos poderes¹.

Idêntica vitalidade demonstra a história local portuguesa de perfil universitário, vertida em teses de mestrado, de doutoramento e em artigos de revistas científicas, bem como a elaborada fora dos contextos académicos e que se exprime em colóquios, recriações históricas bem como em múltiplas publicações².

De notar, no entanto, que o progresso registado no campo da historiografia local, sobretudo após a década de 70 do século passado, se alicerça numa herança historiográfica construída pacientemente, ao longo do tempo, por estudiosos locais, ou simples curiosos das “Antiguidades” das terras, e por investigadores ligados a academias e instituições universitárias.

A história local foi sempre, e continua a ser, um ramo historiográfico plural que não se deixa aprisionar em classificações rígidas, redutoras da sua riqueza e complexidade. A análise deste campo multifacetado do saber histórico pressupõe, no entanto, a apreensão de alguns dos seus eixos estruturantes, esforço que vamos empreender em seguida.

¹ Fernando Taveira da Fonseca (coord.), *Opoder local em tempos de globalização. Uma história e um futuro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005.

² António de Oliveira, “Da história das pátrias à história local”. *A Cidade e o Campo*. Colectânea de Estudos. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.

1. A narrativa histórico-corográfica

“Cinco legoas ao Nascente de Castello-Branco, & outras tantas ao Noroeste de Salvaterra do Extremo, em sitio imminente, & aspero tem seu assento Idanha a Nova, cercada de muros, que banha o rio Ponsul, aonde tem huma fermosa ponte, & fertiliza de pão, azeite, gado, & caça com algum vinho. Teve sua origem, quando D. Gualdim Paes pelos annos de 1187 lhe mandou fazer hum famoso Castello, de que he Alcayde mór D. Ioseph de Menezes Conde de Viana. Suas Armas ão, huma Esfera, divisa delRey D. Manoel, & foy cabeça de Condado, cujo titulo deo ElRey D. Felipe o Segundo a D. Pedro de Alcaçova Carneiro. Tem 630 visinhos com huma Igreja Parroquial, Vigayraria, & Commenda de Christo, Casa de Misericordia, Hospital, sete Ermidas, & huma no campo de N. Senhora do Almortão, de muita romagem, & hum Convento da invocação de S. Antonio de Piedosos, no qual lançou a primeira pedra o Provincial Frey Custodio da Guarda aos 2. de Setembro de 1630. & fez com Esmolas do povo”³.

Designamos por histórico-corográficas as descrições geográficas e históricas, de âmbito local ou regional, em forma de livro ou dicionário, elaboradas com o objectivo de conhecer, e dar a conhecer, o país, no seu todo⁴ ou nas diversas partes que o compunham.

O conceito de corografia foi definido, de forma muito expressiva, por Ptolomeu em confronto com o de geografia: “O próprio da Geografia he amostrar que a terra conhecida he huma e continua: e ho sitio natural della: e trata somente das mayores partes e mais principais que nella ha [...]. Porque o fim do Corographo consiste em representar bem huma parte: como quem quizesse somente arremedar hum olho ou huma orelha. E ho Geographo olha somente ao todo: como quem pinta a cabeça [...] E portanto

³ Antonio Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 3 Tomos, Lisboa, 1706-1712, livro II, capitulo XII, p. 412.

⁴ Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 1610.

na corographia ha necessidade da pintura dos lugares: e nenhum homem será Corographo se não for pintor”⁵.

A literatura corográfico portuguesa afirma-se nos séculos XVI e XVII com algumas sugestivas “pinturas” de regiões e cidades portuguesas⁶. A obra de referência neste campo é, no entanto, a *Corografia Portugueza* de autoria do Padre Carvalho da Costa, publicada nos inícios do século XVIII, sendo dedicada ao rei D. Pedro II. A importância deste livro decorre do facto de incorporar elementos da literatura anterior, constituindo-se, ainda como fonte de informação reproduzida em dicionários corográficos e histórias de localidades⁷.

A narrativa elaborada pelo “clérigo matemático” organiza-se por províncias (circunscrição de referência na descrição do território), desdobrando-se estas em comarcas, cidades e vilas cabeças de concelho em cujo termo se identificam as freguesias. A informação contida na obra, cujo nome completo é “Corografia Portugueza, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varões illustres, Genealogias das Famílias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens”, é muito diversificada, sendo os temas mais recorrentes os seguintes: tópicos de cariz histórico ou lendário referentes às “Antiguidades” (testemunhos mais longínquos da presença humana); toponímia; lendas e mitos vinculadores da terra ao sagrado; romagens, santos protectores, fundação e conquista da autonomia do lugar (foral); acontecimentos ou personagens relevantes no campo da religião, das letras e da guerra; genealogias; instituições civis e eclesiásticas; quantitativos populacionais; recursos naturais relevantes pela sua beleza ou pelas potencialidades económicas (riqueza do subsolo, rios, florestas e terras); património artístico e arquitectónico.

⁵ Joaquim Romero Magalhães, “As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650”. *Revista de História Económica e Social*, nº 5, Lisboa 1980, p. 32.

⁶ *Idem*.

⁷ Ana Cristina Nogueira da Silva, “Uma Gramática de Descrição de Espaços: a Corografia Portuguesa do padre Carvalho da Costa”. *Anais da Universidade Autónoma de Lisboa, Série História*, vol. II, 1997.

Os principais destinatários da informação contida na literatura de índole histórico-geográfica eram os organismos centrais da coroa, o monarca e as casas senhoriais que exerciam direitos de natureza territorial ou jurisdicional sobre as localidades nelas alicerçando o seu poder político e económico. De notar, no entanto que, a representação das localidades construída pelos autores de corografias se transformou em memória configuradora das identidades locais⁸.

O tom elogioso e engrandecedor da terra marca o discurso corográfico. Este estilo laudatório, que sai da pena dos autores das obras ou dos seus informadores, por norma naturais da terra, explica-se pela subjectividade ditada pelo amor à pátria (terra dos pais)⁹. Há que ter ainda em conta a ligação existente, sobretudo nas épocas medieval e moderna, entre a qualidade da terra e a dos homens que nela habitavam, ou tutelavam, a diversas escalas. Com efeito, a qualidade dos recursos naturais valorizava os habitantes, engrandecia os senhores do lugar, o país e o monarca.

O conhecimento vertido nos textos em análise decorre de motivações intelectuais, sociais e políticas. Quanto às primeiras, importa destacar o espírito de curiosidade e de observação que se acentua a partir do humanismo (séc. XVI), tornando-se, progressivamente, esforço de racionalização da percepção do real no sentido de nele intervir com maior eficácia¹⁰.

No que concerne às segundas, é de relevar a necessidade sentida pela coroa de se dotar de instrumentos informativos referentes ao território que se constituíssem como suporte político e financeiro do seu domínio ou, ainda, como informação necessária à promoção de uma política de desenvolvimento do território. É neste contexto que, no século XVIII, foram elaborados vários inquéritos - nomeadamente os promovidos pela Academia Real da História

⁸ Sobre a projecção de textos escritos na representação da memória local, ver Joaquim Pais de Brito, *Retrato de aldeia com espelho*, Lisboa: Publicações D. Quixote, 1995.

⁹ Sobre o conceito de pátrias ver: Maria Beatriz da Rocha-Trindade, "As micro-pátrias do interior português", *Análise Social*, vol. XXVIII (98), 1987, pp. 721-732.

¹⁰ Margarida Sobral Neto, "A desagregação das estruturas de Antigo Regime: alguns indicadores". In Fernando Marques da Costa; Francisco Contento Domingues; Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *Do Antigo Regime ao Liberalismo: 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989. pp. 251-258.

(1721) e pela Secretaria do Estado do Reino (1732, 1756 e 1758) – cujas respostas se assumem como fonte preciosa para a história das localidades¹¹.

A coroa portuguesa, na época moderna, não dispunha de uma estrutura burocrática que lhe permitisse obter informação sobre o território, sendo a estrutura eclesiástica a mais adequada para realizar essa tarefa. Com efeito, a Igreja possuía uma rede paroquial constituída por quatro milhares de unidades que a tornava a entidade com mais capacidades para conhecer e controlar as populações. A mais-valia da rede paroquial em relação à concelhia decorre do número de circunscrições (aproximadamente 800 concelhos e 4 mil paróquias), mas também das diferentes competências, em matéria de literacia, de oficiais concelhios e de membros do clero. Com efeito, enquanto a maioria dos primeiros era iletrada, os segundos, destacavam-se pelas suas competências em matéria de leitura e escrita.

As informações paroquiais, nomeadamente aquelas que foram produzidas em resposta a inquéritos enviados às paróquias, constituem-se, deste modo, como uma fonte privilegiada de informação sobre todo o território, tendo sido coligida uma pequena parte, no século XVIII, em algumas obras como o *Dicionário Geográfico* do padre Luís Cardoso ou o *Portugal Sacro-Profano*, obra atribuída ao mesmo autor¹². As memórias paroquiais de 1758, atendendo à diversidade da informação nelas contida, configuram-se como uma das melhores fontes locais setecentistas¹³. A publicação destes documentos tem

¹¹ Sobre este assunto cf. Maria José Mexia Bigotte Chorão, “Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII”. *Revista de História Económica e Social*, 21, 1987, p. 93-130.

¹² P. Luís Cardoso, *Diccionario Geográfico*, 2 Tomos, Lisboa, 1747-1751; João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, 3 Tomos, 2ª ed., Lisboa, 1762-1763; Paulo Dias de Niza, *Portugal Sacro-Profano*, 1º e 2º vols., 1767; 3º vol., 1768.

¹³ O interrogatório para a organização das *Memórias Paroquiais* continha 27 perguntas que a seguir transcrevemos com objectivo de evidenciar a informação contida nestas fontes: “O que se procura saber d’essa Terra é o seguinte: Em que provincia fica, a que bispado, comarca, termo e freguesia pertence? Se é d’el-rei, ou de donatario, e quem o é ao presente? Quantos vizinhos tem [*e o numero das pessoas*]? Se está situada em campina, valle, ou monte, e que povoações se descobrem d’ella e quanto dista? Se tem termo seu, que lugares, ou aldeias comprehende, como se chamam, e quantos vizinhos tem? Se a parochia está fôra do lugar, ou dentro d’elle, e quantos lugares, ou aldeias tem a Freguesia, todos pelos seus nomes? Qual é o seu orago, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem; se tem irmandades, quantas, e de que santos? Se o parochio é cura, vigario, ou reitor, ou prior, ou abbede, e de que apresentação é, e que renda tem? Se tem beneficiados, quantos, e que renda tem, e quem os apresenta? Se tem conventos, e de que religiosos, ou religiôsas, e quem são os seus padroeiros? Se tem hospital, quem o administra, e que renda tem? Se tem casa de

alimentado a erudição histórica local, bem como projectos académicos de maior fôlego como os que se desenvolvem nas Universidades de Coimbra e do Minho¹⁴.

A necessidade de “perscrutação do real” acentuou-se no ambiente iluminista da Academia das Ciências de Lisboa, expressando-se em projectos de “Viagens filosóficas”, “Memórias” e “Descrições Geográficas e Económicas”, bem como em esforços de quantificação da população: numeramento de Pina Manique (1798) e o censo de (1801-1802)¹⁵.

A missão assumida pelos académicos da Academia Real das Ciências não foi apenas a de descobrir o passado, mas também, e talvez sobretudo, a de identificar e inventariar os recursos existentes com objectivo de traçar as políticas que permitissem desenvolver as diversas regiões do país, num tempo em que o Império, nomeadamente, o Brasil, já dava sinais de grande vulnerabilidade¹⁶.

misericórdia, e qual foi a sua origem, e que renda tem; e o que houver notavel em qualquer d'estas cousas? Se tem algumas ermidas, e de que santos, e se estão dentro, ou fora do lugar, e a quem pertencem? Se acode a ellas romagem, sempre, ou alguns dias do anno, e quaes são estes? Quaes são os fructos da terra, que os moradores recolhem em maior abundancia? Se tem juiz ordinario, de Camara, ou se está sujeita ao governo das justiças de outra terra, e qual é esta? Se é Couto, cabeça de concelho, honra, ou behetria? Se há memoria de que florescessem, ou d'ella sahisses, alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas? Se tem feira, e em que dias, e quantos dura, se é franca ou cativa? Se tem correio, e em que dias da semana chega e parte; e, se o não tem, de que correio se serve, e quanto dista a terra aonde elle chega? Quanto dista da cidade capital do Bispado, e quanto de Lisboa, capital do reino? Se tem alguns privilegios, antiguidades, ou cousas dignas de memoria? Se há na terra, ou perto della alguma fonte, ou lagoa celebre, e se as suas agoas tem alguma especial qualidade? Se for porto de mar, descreva-se o sitio que tem por arte ou natureza, as embarcações que o frequentam, e que pode admittir? Se a terra for murada, diga-se a qualidade dos seus muros; se for praça de Armas, descreva-se a sua fortificação. Se há nella, ou no seu districto algum castello, ou torre antiga, e em que estado se acha ao presente? Se padeceo alguma ruina no terramoto de 1755, e em que, e se está reparada? E tudo o ho mais, que houver digno de memoria, de que não faça menção o presente interrogatorio? [...]” (*Arqueólogo Português*, Vol. I, p. 268).

¹⁴ A título de exemplo veja-se: José Viriato Capela, *As freguesias do distrito de Braga nas memorias paroquiais de 1758. A construção do imaginário setecentista*. Braga, 2003; João Marinho dos Santos, *Noticias e Memorias paroquiais setecentistas*. Coimbra: Palimage Editores, 2008.

¹⁵ Joel Serrão, *Demografia Portuguesa (1800-1862)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1973; José Luís Cardoso, *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII. 1780-1808*. Lisboa: Editorial estampa, 1989.

¹⁶ Citamos a título exemplificativo as seguintes obras: José de Abreu Bacelar Chichorro, *A memória económico-política da Província da Estremadura*, publicada com introdução

O esforço de conhecimento dos recursos do território prosseguiu no século XIX traduzindo-se na publicação de diversas corografias e dicionários corográficos, livros cujos conteúdos reflectem as necessidades de informação de uma sociedade política em profunda mudança¹⁷. Com efeito, estas obras dão conta-nos da reorganização administrativa que se operou neste século em articulação com a estruturação do estado oitocentista, assumindo-se como instrumentos legitimadores da nova geografia política¹⁸. A literatura corográfica oitocentista reflecte, igualmente, as novas necessidades decorrentes da construção do estado ao integrar nos seus conteúdos informação estatística¹⁹.

Uma das produções de referência da literatura corográfica e da história local oitocentista é a obra organizada por Pinho Leal intitulada “Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias”²⁰. O título deste dicionário, que integra 12 volumes, reporta-se a dois tempos históricos (a antiguidade e a modernidade) e enumera os campos temáticos nos quais a informação se inscreve: a geografia, a corografia, a estatística, a história, a arqueologia, a biografia, a etimologia e a heráldica. Para a elaboração desta obra de síntese publicada entre 1873 e 1890, o autor utilizou a informação disponível na literatura corográfica, socorrendo-se ainda de testemunhos orais e de dados disponíveis em monografias locais, género historiográfico que registou um particular desenvolvimento no século XIX.

e notas por Mosés Bensabat Amzalak. Lisboa, 1943; José Maria Amado Men, *Mapa do estado actual da provincia de Trás-os-Montes* de Columbano Pinto Ribeiro de Castro. Coimbra, 1981.

¹⁷ Confrontar lista bibliográfica apresentada no final deste estudo.

¹⁸ João Baptista da Silva Lopes (coord.), *Diccionario postal e chorographico do Reino de Portugal comprehendendo a divisão administrativa, judicial e ecclesiastica do Continente do Reino e dos archipelagos dos Açores e Madeira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891-1894, 3 vol.

¹⁹ João Baptista da Silva Lopes, *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do reino do Algarve*. Lisboa: Typographia da Academia, 1841.

²⁰ Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira. 12 vol, 1873-1890.

2. A história particular das localidades

“O intuito deste trabalho define-se em poucas palavras: juntar uns tantos documentos que sirvam de subsídio para a história de Idanha-a-Velha, nos dois primeiros séculos do estado português, comentando-os, esclarecendo-os e interpretando-os”²¹

Atribui-se a designação de história particular das localidades às monografias de comunidades rurais ou urbanas, elaboradas maioritariamente por eruditos locais que se dedicavam à pesquisa de fontes históricas com objectivo de construir e preservar a história e a memória da sua terra natal.

A história local portuguesa tem uma tradição muito antiga no nosso país, remontando os primeiros estudos sobre antiguidades das terras ao século XVI²². O tempo da elaboração, por excelência, das histórias nacionais, mas também de estudos locais, foi, entretanto, o século XIX. Este facto explica-se pela conjugação de factores de natureza institucional e política, decorrentes dos processos centralizadores inerentes à construção, ou afirmação dos estados, e por motivos de natureza científica que se articulam com as exigências da construção histórica influenciada pela escola metódica²³.

Este grande investimento na História traduziu-se na publicação de estudos e na elaboração de colectâneas documentais como a que a Academia das Ciências elaborou por sugestão de Alexandre Herculano, intitulada *Portugaliae Monumenta Historica*. Esta obra contém documentos fundadores da nacionalidade portuguesa, mas também muitas cartas matriciais de concelhos (forais), bem como outra documentação muito relevante para

²¹ Alfredo Pimenta, “Alguns documentos para a História de Idanha-A-Velha”, in *Subsídios*, ob.cit., p. 123

²² André de Resende, *Historia e Antiguidade da cidade de Évora*. Évora, André de Burgos, 1553.

²³ “A história faz-se com documentos”. Esta frase emblemática da escola metódica marca a afirmação da história como disciplina científica no contexto do positivismo, corrente de pensamento que se afirmou no século XIX. Sobre o enquadramento problemático e a metodologia da construção histórica positivista ver: Langlois, Ch. V., Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, 1898.

a história dos municípios medievos, caso das inquirições. Documentação muito cara a Alexandre Herculano, acérrimo defensor do poder municipal.

Importa, entretanto, notar que o governo liberal ao mesmo tempo que promovia a construção de uma história nacional, legitimadora de um processo de integração política alicerçada na ideologia liberal, contribuía igualmente para a preservação da história dos municípios ao ordenar às câmaras, por portaria de 8 de Novembro de 1847, a publicação dos seus Anais. Esta disposição legislativa deu origem à elaboração de grandes colectâneas de documentos referentes à vida municipal, caso da obra intitulada *Elementos para a História do Município de Lisboa* de Eduardo Freire de Oliveira. Neste contexto, o Dr. Daniel da Silva Pereira da Cunha deu início à organização dos *Anais do Município do Fundão*²⁴.

A relevância da história local para o conhecimento da história pátria, bem como para a criação do sentimento de apego às pequenas pátrias, foi reconhecida por Oliveira Martins, grande vulto da historiografia oitocentista, que escreveu o seguinte no prefácio à *Monografia sobre Oliveira do Hospital*: “Considerarei sempre que um dos subsídios principais para a história geral do país consiste nas monografias locais, onde se estuda Arqueologia e História, as biografias e as tradições, com os documentos à vista e às mãos nos Arquivos municipais e particulares. Um corpo de monografias destas relativas aos principais concelhos do reino, formaria um tesouro de inestimável valor para o estudioso; ao mesmo tempo que serviria para arraigar nas localidades esse amor à terra, base natural e necessária ao sentimento mais abstracto a que se chama patriotismo”²⁵.

Os sentimentos do célebre historiador oitocentista foram partilhados por muitos outros autores que deram a lume histórias locais, movidos por amor à terra (em alguns casos da pátria ausente²⁶) mas também por amor à

²⁴ O interesse pela História do Fundão seria transmitido ao filho deste magistrado, José Germano da Silva Pereira e Cunha, que elaborou vários trabalhos pioneiros como é o caso da *Notícia histórica da Santa Casa da Misericórdia do Fundão* (1870) e *Apontamentos para a História do concelho do Fundão* (1892).

²⁵ Citado por P. M. Laranjo Coelho, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*. Lisboa, 1935, p. 52

²⁶ Um exemplo muito expressivo em: D. João Maria Pereira d’Amaral e Pimentel, *Memorias da Villa de Oleiros e do seu concelho*. Angra do Heroísmo: Typographia da Virgem Immaculada, 1881.

ciência histórica, que, no contexto oitocentista, influenciado pelas correntes do positivismo histórico alemão e francês, se configurava como narrativa alicerçada em documentos lidos à luz do método crítico.

De notar ainda que a história local, no século XIX, não atraía apenas o interesse de estudiosos movidos “por amor à terra”; convocava igualmente intelectuais interessados na elaboração de histórias locais. É o caso de P.W. de Brito Aranha, membro da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências de Lisboa, que publicou, em 1871, uma obra com o título *Memorias Histórico-Estatísticas*, dedicada a: Pova do Varzim, Lousã, Marinha Grande, Peso da Régua, Mossâmedes e Vista Alegre.

Para além dos meios eruditos e das academias, o estudo das localidades era já acolhido em meio universitário. Com efeito, em meados do século XIX um catedrático de Coimbra, o Prof. Frederico Laranjo indicava, como tema de trabalhos escolares, monografias das terras da naturalidade dos alunos, iniciativa de que resultaram alguns estudos como: a “Memória Histórica do Concelho de Serpa” e a “Memória Histórica do Concelho de Mesão Frio”.

O plano gizado pelo professor de direito para estes trabalhos não se confinava, entretanto, a uma história erudita, antecipando temas que se haveriam de constituir como assuntos centrais de uma nova história económica e social²⁷. Na mesma linha se inserem as obras de Alberto Sampaio, autor que frequentou a Faculdade de Direito de Coimbra e que publicou obras de referência na área da história local e regional, de que se destacam *As vilas do Norte de Portugal* e *as Póvoas Marítimas*²⁸.

²⁷ O plano das monografias era o seguinte: Introdução – Origem histórica do concelho e seu desenvolvimento. Distribuição da propriedade antes e depois do regime liberal (cap. 1º); distribuição da população antes e depois do regime liberal; emigração e imigração, se as há: suas causas e efeitos (cap. 2º); indústrias antes e depois do regime liberal, seu desenvolvimento ou decadência e causas (cap. 3º); Misericórdia, sua história e estado actual (cap. 4º); confrarias e estabelecimentos de beneficência (cap. 5º); Associações (cap. 6º); Institutos de crédito (cap. 7º).

²⁸ No prefácio à edição de 1979 afirmou Maria José Trindade “Relido o trabalho de Alberto Sampaio, confrontado com estudos posteriores, portugueses e estrangeiros, fica-nos a convicção de que estamos perante algo de excepcional na historiografia portuguesa – pelo conteúdo, pelo método, pela actualidade”, Alberto Sampaio, *Estudos históricos e económicos: as vilas do Norte de Portugal*. Lisboa: Editorial Vega, 1979.

As duas primeiras décadas do século XX revelaram-se, igualmente, muito propícias à realização de estudos locais e regionais graças à convergência de factores de natureza científica e política. Entre os primeiros, destaca-se o ambiente de renovação das ciências sociais na Europa, assumindo particular protagonismo a geografia humana, a sociologia e a etnografia. Por sua vez, no campo da história faziam-se ouvir as vozes rebeldes de jovens historiadores que proclamavam a urgência de uma “história nova” sintonizada com os desafios de uma sociedade em mudança²⁹. Nesta linha de pensamento, escrevia Marc Bloch em 1932: “Que as monografias regionais apoiadas numa sólida erudição alimentada por uma ampla cultura histórica são o único meio que nos pode restituir pouco a pouco, na sua diversidade, a imagem da velha sociedade francesa – ou para dizer melhor da sociedade francesa de todos os tempos, tanto presente como passada – é uma verdade cuja evidencia se impõe a todos os historiadores com maior força que nenhuma outra”³⁰.

Neste contexto, a Universidade de Coimbra convidou, em 1909, Léon Poinard para fazer um conjunto de conferências destinadas a vulgarizar as metodologias para a elaboração de monografias urbanas. Esta iniciativa deu origem à publicação intitulada “*O estudo dos agrupamentos Sociais pelo método monográfico segundo Le Play e H. de Tourville*” (1909) obra de cariz metodológico que inspirou pequenas monografias locais³¹.

No mesmo período, pontuavam no meio académico português, nas áreas da geografia, da etnografia e da filologia personalidades que lançaram os alicerces científicos de estudo de base regional, carreando, ao mesmo tempo, importantes contributos para a definição de identidades locais: caso de Leite de Vasconcelos, Virgílio Taborda, Amorim Girão, dos jovens Orlando Ribeiro e Fernandes Martins, bem como dos filólogos Paiva Boléo e Herculano de Carvalho.

Por sua vez, o ambiente político da primeira República alimentou alguns sentimentos de regionalismo expressos, por exemplo, nos congressos regionais que se realizaram nos anos 20 do século passado em algumas capitais de distrito, nomeadamente em Castelo Branco.

²⁹ Marc Bloch, *Introdução à História*. Lisboa: Europa-América, s.d.

³⁰ Marc Bloch, *La Historia rural francesa*, trad., Editorial Crítica, Barcelona, 1978, p. 48.

³¹ P. M. Laranjo Coelho, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, p. 55.

O contexto continuava a ser propícia à realização de estudos locais, sentindo já, alguns autores, a necessidade de coligir em livro a bibliografia relativa a monografias testemunhada nos seguintes títulos: Brito Aranha, *Bibliographie des ouvrages portugaises pour servir à l'étude des villes, des villages (...) du Portugal, Açores, Madère et possessions d'outremer* (Lisboa, 1900); Eduardo Rocha Dias, *Monografias e outras obras referentes a várias localidades e monumentos do Continente de Portugal*, Lisboa, 1908; Mesquita de Figueiredo, *Subsídios para a Bibliografia da História Local Portuguesa* (Lisboa, 1933).

O reconhecimento científico deste género historiográfico expressa-se, igualmente, no facto de Laranjo Coelho ter proferido, em 1934, na Academia das Ciências de Lisboa duas lições subordinadas ao tema: *As monografias Locais na Literatura Histórica Portuguesa*. “Se a história, como de todos é sabido, deixou de ser uma simples e fria narração de factos de ordem geral, a recordação dos sucessos gloriosos de um homem ou de uma família, ou o conjunto de normas para a preparação da vida política e militar; se a história, ao transformar-se em ciência, teve que alargar, cada vez mais, o raio visual da sua acção, necessário foi que, além das ciências auxiliares que hoje a servem, completam e fundamentam, cada país lhe fornecesse as contribuições parciais do estudo dos seus agregados urbanos, – províncias, cidades, vilas, aldeias e casais, agregados que constituem, por assim dizer, as células embrionárias da vida orgânica e social de um povo, de uma nação”³². Este texto proferido perante a comunidade científica portuguesa do tempo é, por um lado, revelador das novas concepções de História que se afirmavam na Europa e, por outro, da percepção da ligação entre história local e história nacional, considerada a primeira como ciência auxiliar da segunda.

O sentido da história não é linear e progressivo; comporta igualmente momentos de recuo e de dificuldade no trilhar do caminho da inovação. As prioridades do Estado Novo em relação à História centravam-se, nos finais da década de trinta, na preparação das comemorações dos Centenários da Fundação e Restauração da Nacionalidade, num ambiente de fervor

³² P. M. Laranjo Coelho, *As monografias locais na literatura histórica portuguesa*, pp. 7-8.

nacionalista. Neste contexto a investigação universitária, muito vigiada ideologicamente, confina-se ao domínio da história política e institucional centrada nas grandes figuras políticas e nos acontecimentos considerados politicamente mais relevantes da vida nacional, caso dos Descobrimentos Portugueses³³.

Saliente-se, no entanto, que Marcello Caetano, prof. da cadeira de Direito Administrativo na Faculdade de Letras de Lisboa, aconselhava os alunos a realizarem monografias de concelhos, tendo para o efeito elaborado um plano pormenorizado. Este plano integrava duas partes que se subdividiam em vários capítulos: o primeiro era dedicado à história do concelho (data da fundação, origem, circunscrição municipal, organização municipal e factos notáveis da vida do concelho); o segundo intitulava-se “vida económica e social” e tinha como objectivo uma caracterização da sociedade local na época contemporânea. A metodologia aconselhada era a definida pela escola metódica, tanto no que diz respeito à procura da objectividade como à rigorosa fundamentação do texto³⁴.

O sentimento regionalista e localista permanecia, entretanto, bem vivo em alguns espaços, expressando-se em publicações relativas a história e a curiosidades locais. Do espólio existente na Biblioteca Popular de Lisboa, criada em 1918 e com depósito legal a partir de 1931, nos dá conta Durval Pires de Lima na obra *Bibliografia Corográfica de Portugal*, publicada em quatro tomos, entre 1962 e 1969. O autor refere a existência nesta biblioteca

³³ Luís Reis Torgal, “História em tempo de ditadura”, in Fernando Catroga, José Amado Mendes, Luís Reis Torgal, *História da História em Portugal, séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 241-276.

³⁴ Transcrevemos alguns conselhos dados aos alunos pelo autorizado prof. de direito administrativo: “1. Evitará o estudante cuidadosamente exprimir opiniões próprias ou deixar transparecer tendências pessoais, procurando pelo contrario que o seu trabalho tenha o cunho da perfeita objectividade; 2. Todos os dados históricos devem ser extraídos de fontes autênticas. Impõe-se a visita e exploração dos arquivos municipais; 3. As informações que tenham de ser pedidas a pessoas idóneas devem, quanto for possível, ser contrastadas, ouvindo sobre elas outras pessoas de igual competência, a fim de reduzirem ao mínimo as probabilidades de erro; 4. Aconselha-se o estudante a que procure produzir obra sua, bem pessoal, e evite transcrever o que já foi dito por outros ou utilizar sem verificação prévia os dados e afirmações publicadas” (“Monografias sobre os concelhos portugueses. Plano elaborado pelo professor da cadeira de Direito Administrativo, Prof. Marcello Caetano”, in José V. Capela (dir.), *O Município Português na História, na Cultura e no Desenvolvimento Regional*. Braga, 1998, pp. 271-276.

de 3 mil obras sobre história local, arqueologia, filologia, geografia, etnografia e economia.

Com efeito, muitos autores continuavam a pensar que a história da pátria era constituída pela história das diversas pátrias que compunham o território nacional. Em 1940, a Junta Provincial da Beira-Baixa promove, no âmbito das Comemorações dos Centenários, a publicação de uma obra intitulada *Subsídios para a História Regional da Beira-Baixa* confiando essa tarefa ao Presidente da mesma junta, José Ribeiro Cardoso, invocando-se o argumento de que: “Tem cada província seu quinhão de esforço no carrear de materiais para o fabrico do arcaboço da Pátria”. No texto da proposta desta publicação de história regional, afirma-se que era intenção da Junta impedir “que o ruído do último foguete não seja o ponto final dos nossos festejos centenários, levante a nossa Junta de Província padrão duradouro a dizer aos presentes o que foi a nossa Província no passado e aos vindouros como ela soube encarar os problemas da sua Grei”³⁵.

Os *Subsídios...* constituem um importante contributo para a história da Beira Baixa, sendo a obra constituída por um conjunto de artigos que percorrem diversos períodos históricos e pela publicação de documentos muito relevantes para a história regional, caso de capítulos de Cortes da Restauração das vilas da Covilhã e de Penamacor e das Memórias Paroquiais de Monsanto.

O mérito desta obra bem como do seu coordenador e também autor, Ribeiro Cardoso, evidencia-se nas inúmeras citações que dela faz Albert Silbert, o autor da primeira monografia regional portuguesa elaborada segundo as metodologias da História Nova que se praticava em França.

A história local que se configura como história particular das localidades, praticada fora dos meios académicos, constitui-se como um sector muito importante da historiografia portuguesa. Comparando esta história, elaborada por eruditos locais, com a produzida no seio das Universidades, detectam-se algumas fragilidades ao nível da metodologia e da elaboração teórica. De notar, no entanto, que se tomarmos como objecto de comparação os conteúdos, os temas tratados, somos levados a concluir que, em Portugal,

³⁵ J. Ribeiro Cardoso (dir.), *Subsídios para a história regional da Beira-Baixa*. Edição provincial da Beira-Baixa, 1940.

esta história particular das localidades entrou nos caminhos de uma nova história mais cedo do que a história académica, condicionada pelos modelos da historiografia positiva e não dispondo da liberdade que sempre é possível respirar fora dos ambientes vigiados da produção do conhecimento.

Na verdade, num tempo em que o saber produzido nas Universidades se centrava fundamentalmente na história política e institucional ou na história da arte e da cultura “erudita”, a história elaborada fora das Academias ao mesmo tempo que tratava de temas tradicionais, como o património monumental local ou personalidades que se tinham distinguido na carreira das letras, das armas ou da vida religiosa, abordava igualmente outros temas que faziam parte de uma nova história: caso das lendas e costumes locais, ou de aspectos referentes à vida económica como recursos e produções locais (agrícolas e industriais, comércio) ou formas de sociabilidade civil (feiras, associações) ou religiosa (romarias e festas, irmandades e confrarias).

As fragilidades na abordagem destes assuntos decorriam da tendência em abarcar vastos arcos temporais (ainda que privilegiando os extremos, as épocas mais recuadas e a contemporaneidade) e múltiplas áreas temáticas.

A maior parte destes estudos configura-se, assim, como bem se compreende, como história particular das localidades dado estar ausente a dimensão comparativa, bem como a necessária integração do local no nacional, objectivos que só se podem atingir com a redução das escalas espaciais, temporais e temáticas. Com a história nova surgiu a especialização temática e, em consequência, a necessidade de circunscrever períodos cronológicos e espaços geográficos, caminho que levou inevitavelmente aos estudos à escala local e regional³⁶.

³⁶ Jacques Revel, *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris: Gallimard, 1966; Margarida Sobral Neto “A história uma ciência em mudança: novos e velhos temas na investigação historiográfica”. *Revista Portuguesa da História*, Coimbra, 39, 2007, pp. 255-271.

3. Percursos de uma nova história local

As monografias locais e regionais académicas

“Il faudra aussi quitter la Basse Beira et comparer les résultats obtenus avec ce qui se passe ailleurs. Le cas de cette province portugaise où, en dépit d’une documentation fragmentaire, la réalité sociale apparaît somme tout nettement, est à verser au dossier plus vaste de la vaine pâture en générale. On conçoit que la comparaison doive se faire en première urgence à un niveau, celui du monde méditerranéen”³⁷.

Não sendo politicamente aconselhável aos professores universitários portugueses escolher para teses de doutoramento estudos locais e regionais, o território português estava livre para que historiadores estrangeiros se ocupassem da sua História. Neste contexto o historiador francês Albert Silbert foi aconselhado por Braudel a escolher as regiões da Beira Baixa e Alentejo para realizar um estudo de história regional, que viria constituir a sua tese de doutoramento apresentada à Sorbonne em 1963 intitulada *Le Portugal méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime. XVIII-Début du XIX siècle. Contribution à l’histoire agraire comparée*³⁸.

Neste livro este autorizado historiador francês descreveu paisagens, sistemas de cultivo e formas de exploração dos campos. Analisou, ainda, o regime jurídico de exploração da terra, centrando-se no problema do significado social do “coletivismo agrário”. O autor, que tinha como referências teóricas e metodológicas as obras de Marc Bloch, teve a constante preocupação de comparar as paisagens agrárias portuguesas com os de outros espaços europeus, africanos e americanos. Saliente-se que para a construção da sua obra, Silbert contou com a orientação, no terreno e nos Arquivos, de vários eruditos locais, sendo de destacar o apoio que lhe foi dado por Ribeiro Cardoso.

³⁷ Albert Silbert, *Le Portugal méditerranéen à la fin de l’Ancien Régime. XVIII-Début du XIX siècle. Contribution à l’histoire agraire comparée*, 2ª edição, INIC, Lisboa, 1978, vol.1. p. 331.

³⁸ 3 vols., 2ª edição, INIC, Lisboa, 1978.

As primícias de uma nova história local portuguesa devem-se, no entanto, a jovens investigadores que nos inícios da década de sessenta começaram a concretizar sonhos ainda vedados aos seus professores. Com efeito, as teses de licenciatura constituíram um espaço de inovação no contexto universitário português. Nelas foi possível experimentar novas metodologias e territórios, nomeadamente no campo da demografia histórica. Os estudos de população, aparentemente inócuos do ponto de vista ideológico, foram introduzidos nas Faculdades de Letras, na década de 60 do século passado, como tema de teses de licenciatura dedicadas a freguesias urbanas e rurais³⁹. As monografias locais versando história da população e da família tornar-se-iam, nos anos setenta e oitenta do século passado, expressões sólidas de uma história local académica⁴⁰.

A partir dos inícios da década de 70 do século XX, a historiografia portuguesa liberta dos constrangimentos de natureza política, e renovada por jovens investigadores que integraram os quadros das Universidades já existentes, bem como das Universidades então criadas, lançou-se à aventura da descoberta de novos “territórios”.

A abertura de novos campos de investigação – económico, social, cultural – levou o historiador a optar por outras escalas que se ajustavam aos novos problemas em análise bem como às novas exigências da investigação histórica, sendo uma delas, e talvez a principal, a necessidade de trabalhar, com vastíssimos núcleos documentais.

Os primeiros marcos da renovação e abertura da historiografia portuguesa são as monografias de cidades (Coimbra, Porto), regiões (Algarve, Entre Douro e Minho, Aveiro, Baixo-Mondego) e concelhos em que se articulou a história da população, da economia e da sociedade⁴¹. Neste contexto, permito-me

³⁹ Guilhermina Mota, “Teses apresentadas à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Estudos de População”. *População e Sociedade*, nº3, 1997.

⁴⁰ Norberta Amorim, *Guimarães de 1580 a 1819, estudo demográfico*, Lisboa, INIC, 1987; MOTA, Guilhermina Mota, *Notas para o estudo da família em Penela no século XIX*, in “Na Morte de Um Homem Bom: homenagem ao Professor Salvador Dias Arnaut”, Coimbra-Figueira da Foz, 1998, pp. 81-90.

⁴¹ António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971, 2 vols; Francisco Ribeiro da Silva, *O Porto e o seu termo (1580–1640): os homens, as instituições e o poder*. Porto, 1986, 2 vols; Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico. 1600–1773*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998; Ana Isabel

destacar o trabalho intitulado “Aspectos da vida económica e social do Concelho de Idanha-a-Nova (1850-1860), de autoria de António Silveira Catana, trabalho académico datado de 1977 e elaborado à luz das novas metodologias que se afirmavam então no meio universitário coimbrão.

Muitos caminhos têm conduzido, nas últimas décadas, ao estudo da história das localidades. Um dos mais especializados é o da micro-história.

A micro-história

Marc Bloch definiu história local como “um problema de história geral colocado a testemunhos que proporcionam um campo de experiências restrito”⁴². Esta definição pode aplicar-se à micro-história, corrente que nasceu, em Itália nos anos oitenta. A novidade desta corrente, ou correntes (atendendo à sua diversidade), reside na redução da escala de observação, temática ou espacial, para tentar captar comportamentos de “homens concretos”, reconstituindo percursos individuais (biografias e histórias de vida), perfis e redes sociais (estudos prosopográficos, *network analysis*)⁴³.

Este caminho historiográfico que conduziu à história local tenta cumprir o conselho de Peter Burke expresso nas palavras seguintes: “Para evitar a miopia e o bairrismo – ossos do ofício dos historiadores empíricos – é preciso aprender a ver o geral no particular. Os problemas e as situações são recorrentes. Mas, obviamente, nunca se repetem exactamente da mesma maneira. Contudo, é impossível ver aquilo que há de único numa situação determinada sem a comparar com outras, ou com uma teoria geral”⁴⁴.

Sampaio Ribeiro, *Estruturas, redes e dinâmicas sociais. A comunidade de Eiras em finais do século XVIII*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

⁴² Marc Bloch, *ob.cit.*, p. 49.

⁴³ Revel, Jacques, *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, 1996. CAMPOS, Maria do Rosário Castiço, *Lousã no século XVIII. Redes de Sociabilidade e Poder*. Coimbra: Palimage Editores, 2010.

⁴⁴ Peter Burke, *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa: Difel 1992, p. 11.

A história dos municípios e do poder local

O território, por excelência, da história local é, no entanto, o concelho, principal estrutura de enquadramento das populações ao longo da história, de uma forma particular nos tempos medievais e modernos. A história do municipalismo surge com Alexandre Herculano, configurando-se como história da resistência aos processos de centralização do poder. A este historiador, no dizer de António Oliveira, “assenta-lhe bem o papel de fundador da nova história local, doravante, até hoje, enquadrada nos espaços do poder municipal”⁴⁵.

A história dos municípios renasce em Portugal, em 1974, num contexto de recuperação pelos concelhos do exercício de poder de que tinham sido privados durante o Estado Novo. Uma vez mais a promoção dos estudos locais ocorre devido à conjugação de circunstâncias de natureza científica e política. Com efeito, enquanto as investigações históricas, conduzidas por novas concepções de poder, levavam os historiadores aos arquivos municipais, os autarcas e as comunidades concelhias procuravam construir, aprofundar ou alargar as memórias concelhias, isto é, procuravam, e procuram, no passado a legitimação para um poder que pretende crescer em autonomia.

Não é, assim, por acaso que um tema forte da história local contemporânea seja o estudo dos forais, um assunto incontornável e que se prende com a origem e evolução dos concelhos, como unidades administrativas e de poder. Os forais são de facto documentos muito importantes para a história dos concelhos⁴⁶. Os medievais assumem-se, em muitos casos, como cartas fundadoras dos municípios que contêm as principais normas que regulavam a vida local, desde a organização económica à judicial, constituindo-se, assim, como relevantes instrumentos de direito local. Por sua vez, os forais manuelinos foram elaborados num tempo em que o poder central pretendia uniformizar a legislação em matéria administrativa e penal. De acordo com este desiderato, foram retiradas dos forais medievos as

⁴⁵ Cf. António de Oliveira, “Problemática da História local”, p. 17.

⁴⁶ Francisco Nunes Franklim, *Memoria para servir de Indice dos Forais das Terras do Reino de Portugal e seus dominios*, 2ª ed., Lisboa, 1825; Luís Fernando Carvalho Dias, *Forais manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve*, 3 Tomos, Lisboa, 1706-1712.

normas que materializavam a autonomia local em matéria administrativa e penal. Nos textos dos manuelinos permaneceu, deste modo, com algumas pequenas reformas, a regulamentação da vida económica, nomeadamente no que dizia respeito à tributação que incidia sobre a agricultura, o comércio e as “indústrias rurais”⁴⁷.

Mas, se em termos administrativos e penais, os concelhos se passaram a reger pela lei geral, pelas Ordenações, preservaram entretanto muitas competências, em matéria legislativa e de ordenamento da vida local⁴⁸. Com efeito, continuaram a regulamentar vários aspectos da vida concelhia, sobretudo económicos e de ordem pública, através da elaboração de posturas. Estas leis municipais depois de aprovadas pelas comunidades eram reconhecidas pelos oficiais régios, os corregedores, a quem era atribuída a competência de verificar o seu cumprimento.

As decisões dos órgãos representativos dos concelhos, as câmaras, ou vereações, que eram simultaneamente entidades administrativas e judiciais, tinham deste modo força de lei integrando a jurisprudência local. As posturas e as actas das câmaras são assim documentos de extrema importância por testemunharem a forma como era regulada a vida das comunidades e evidenciarem mecanismos de resolução de problemas locais. Constituíam de facto importantes instrumentos da governação local.

A aplicação das leis, gerais e locais, depende sempre dos homens que as interpretam e as fazem aplicar. Ora um dos temas mais investigados pela história local é o da formação e composição dos governos concelhios. Neste campo, têm-se estudado as leis que regulamentavam os processos eleitorais e a forma como esses regulamentos eram aplicados nas localidades. Para além deste aspecto, a atenção dos investigadores tem-se centrado no perfil socioprofissional e no estatuto daqueles que exerceram os cargos da governança local: juízes, vereadores e procurador do concelho.

⁴⁷ Margarida Sobral Neto, “Regime senhorial em Ansião: o foral manuelino e seus problemas nos séculos XVII e XVIII”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra. T. XXVIII (1993), pp. 59–94. Idem, “O Foral Manuelino de Porto de Mós”, *Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura*, vol. 6 (2006), pp. 155-176

⁴⁸ Maria Helena Coelho, Joaquim Romero Magalhães, *O poder concelhio. Das Origens às Constituintes*. Coimbra: CEFA, 2ª edição revista, 2009.

Na época moderna, a legislação geral e as práticas das cidades e vilas revelaram-se favoráveis à constituição de grupos familiares oligárquicos que se perpetuaram no poder ao longo de gerações. Nas localidades com menor dinamismo económico, e consequentemente com menor matéria tributável, verificou-se uma maior rotatividade nos cargos, bem como uma abrangência social mais ampla.

Os estudos de história do municipalismo, desenvolvidos a partir da década de setenta do século XX, vieram definitivamente deitar por terra, a tese de Alexandre Herculano, segundo a qual os municípios tinham perdido, a partir do reinado de D. João II, o poder de que usufruíam na época medieval. Os numerosos trabalhos publicados têm demonstrado as vastas competências das câmaras na governança local, em áreas que iam desde a economia, passando pela saúde, instrução, assistência social e segurança pública.

A principal preocupação das câmaras consistia no abastecimento, em géneros essenciais, nomeadamente pão e carne, abastecimento que deveria obedecer a três requisitos: quantidade, qualidade e “preço justo”. O regular abastecimento das populações era garantido através de uma intervenção contínua nos diversos sectores económicos: agricultura, indústria e comércio. No campo da produção agrícola, competia às câmaras tomar medidas no sentido de assegurar a protecção das culturas e o equilíbrio entre a agricultura e a pecuária. Os locais de transformação dos produtos agrícolas, nomeadamente moinhos e lagares, eram igualmente alvo de contínua fiscalização e especial controlo.

As câmaras intervinham, igualmente, na produção artesanal e manufactureira, concedendo licenças para o exercício dos ofícios e definindo normas de fabrico e preço dos produtos. Na área do comércio, competia aos vereadores conceder autorizações aos agentes comerciais para o exercício da sua actividade (licenças, cartas de examinação), organizar celeiros municipais, feiras e mercados e definir normas relativas à qualidade, peso e preço dos produtos.

Para além do abastecimento em produtos agrícolas e artesanais, as câmaras dedicavam particular atenção ao abastecimento de água. A construção e reparação de fontes e a definição de normas de utilização da água das fontes e dos rios materializavam essas preocupações, que hoje consideramos de elevada consciência ambiental.

O regular abastecimento das populações era naturalmente condicionado pela rede viária. A construção e reparação de estradas, caminhos e pontes caía também na alçada das câmaras que executavam essas obras com recurso a trabalho assalariado, mas também a trabalho não remunerado dos munícipes.

Os cuidados de saúde das populações dependiam igualmente da esfera camarária. Especial atenção era exigida em tempos de epidemia, pois cabia às câmaras assegurar o controlo sanitário. As câmaras desenvolviam ainda actividades no campo da assistência social, de que se destaca a criação dos expostos, actividade que podia ser partilhada, e em alguns casos exercida, pelas misericórdias.

Até ao século XIX as câmaras exerceram igualmente relevantes competências na área da justiça, da segurança e do controlo social. Na verdade, integravam os governos concelhios juizes, de fora ou ordinários, que em colaboração com os vereadores, julgavam e puniam.

A capacidade de exercício do poder por parte dos vereadores beneficiava da ligação muito estreita que existia entre as câmaras e estruturas militares locais, denominadas ordenanças, dado que a escolha dos dirigentes desta tropa de retaguarda, (capitães mores e capitães), dependia do assentimento das vereações.

Finalmente, competia às câmaras a realização de festas e comemorações. As festas eram sobretudo as do calendário religioso, em que se destaca a do Corpo de Deus e as dos santos de veneração local. Quanto às comemorações, por norma impostas pelo poder central, celebravam acontecimentos da vida da família real – nascimentos, casamentos ou mortes. Estas celebrações constituíam-se como os principais momentos em que era dada visibilidade aos poderes distantes.

Como decorre do atrás exposto, uma parte importantíssima da vida das localidades passava por decisões locais, algumas em convergência, outras em divergência, com o poder central. O poder local era, na verdade, o poder mais próximo das populações e também o mais eficaz. Um dos testemunhos desta realidade reside no facto de o poder central, que não dispunha, na época moderna, de um aparelho burocrático que lhe permitisse efectuar a cobrança de impostos régios, conferir às câmaras essa competência.

Da comprovação do facto de que o governo do país foi assegurado, até ao século XIX, em grande parte pelas estruturas concelhias locais retiram-se várias conclusões: a primeira é que um conhecimento profundo de História de Portugal deve alicerçar-se em monografias locais; a segunda é que muitos dos actuais concelhos podem encontrar na documentação municipal uma experiência de governo local, que interessa conhecer e eventualmente reinventar; a terceira, que se articula com a segunda, consiste no facto de que os velhos documentos dos arquivos municipais constituem uma parte importante do património dos concelhos: verdadeiros tesouros da memória dos concelhos que urge preservar.

4. A história local: uma história aplicada

A história local pode transformar-se numa história aplicada. Com efeito, os estudos de história local constituem o suporte necessário para a execução de projectos de reconstituição do património local, organização de ecomuseus ou de outros projectos associados às novas concepções de turismo cultural⁴⁹. Por sua vez a divulgação do conhecimento histórico, nas suas múltiplas vertentes, confere densidade histórica aos lugares concretos, facto que segundo penso, contribui para o estabelecimento de laços entre as populações e os lugares, gerando criação de afectos pelos espaços da vivência quotidiana.

Do atrás exposto decorre que a história local construída com fontes produzidas a nível local é absolutamente necessária para conhecer o passado e eventualmente projectar o Futuro das comunidades locais.

De notar ainda que os estudos de história local têm dado um forte contributo para o enraizamento de uma concepção de História como construção de um povo e não apenas de figuras eminentes da cultura e da política, concepção que se espera que tenha os seus frutos na construção de uma cultura da cidadania.

⁴⁹ Um exemplo: João Marinho dos Santos, *O concelho de Almeida. Esboço histórico-sociológico*. Coimbra: Palimage, 2005.

A história local tem-se revelado, igualmente, um espaço de profícuo diálogo com a sociedade, em particular com as instituições de poder local, de modo particular com as autarquias. Com efeito, o saber histórico deixou de se confinar às Academias, às revistas e aos livros especializados e encontrou outros espaços de debate, criação e difusão. Testemunham este fenómeno os múltiplos colóquios promovidos pelas Autarquias Locais, muitas vezes em colaboração com as Universidades, e realizados nos espaços dessas Autarquias, a criação de Revistas de história local, bem como o aparecimento de Associações e Gabinetes, espaços onde se pratica história local aplicada, nomeadamente no que concerne à identificação e preservação do património artístico e cultural no seu sentido mais amplo.

A historiografia elaborada nos meios académicos chegou, assim, a novos públicos e começou a destruir barreiras, e preconceitos, existentes entre a história local académica e a não académica, diálogo que urge continuar a promover.

Bibliografia – História Local⁵⁰

1. Problemáticas e metodologias

BECKETT, J.V., *Writing local history*. University Press, 2007.

CAPELA, José Viriato e NUNES, João Arriscado, “O Concelho de Barcelos do Antigo regime à Primeira República. Fontes para o seu estudo”. Sep. de *Barcelos-Revista*, 1993.

CAPELA, José Viriato, “História municipal, História Local e História Nacional: notas para um projecto de estudo”. In *Amar, Sentir e Viver a História. Estudos em Homenagem a Joaquim Veríssimo Serrão*. Lisboa: Colibri, 1995, p. 721-729.

COELHO, P. M. Laranjo, *Vantagens do estudo das monografias locais para o conhecimento da historia geral portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

⁵⁰ Sem a preocupação de ser exaustiva, e assumindo as múltiplas lacunas, apresenta-se, em seguida, uma lista bibliográfica de utilidade para a investigação em história local.

- CROIX, ALAIN ET GUYVARC'H, ALAIN, *Guide de l'Histoire locale*, Paris, Seuil, s/d.
- ESTÊVÃO, João Nunes, “Reconstituição histórica de comunidades locais (séc. XVII-XX)”. In *2º Congresso Histórico de Guimarães, Actas*, vol. 7, Guimarães: Câmara Municipal, 1996, pp. 470-571.
- OLIVEIRA, António de, “Problemática da História local”, sep. do Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*. Núcleo Cultural da Horta, 1995.
- OLIVEIRA, António de, “Da história das pátrias à história local”. *A Cidade e o Campo*. Colectânea de Estudos. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000.
- REVEL, Jacques, *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'espérance*, Paris: Gallimard, 1966.
- SILVA, Armando Malheiro da, “O Minho nas monografias locais, sécs. XIX-XX: notas para uma revisão sistemática dos estudos locais”. *Bracara Augusta*, Braga, 94-95 (107/108), 1991-1992, p. 27-96.
- TENGARRINHA, José, “Historiografia dos estudos históricos locais em Portugal”. In *Perspectivas de Historia Local: Galicia y Portugal*, coord. J. Agirreazkuenaga e M. Arqueijo, Bilbao, 1996, p. 24-48 (European Local and Regional Comparative History Series, nº 5).
- THUILLIER, Guy; TULARD, Jean, *Histoire Locale et régionale*, Paris, PUF, 1992.
- TORGAL, Luís Reis, “História... Que História? Algumas reflexões introdutórias à temática da História Local e Regional”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, 9, 1987, p. 843-867.

2. Estudos monográficos

- BORRALHEIRO, Rogério Capelo Pereira, *O Município de Chaves Entre o Absolutismo e o Liberalismo (1790-1834)*. Administração, Sociedade e Economia. Braga, ed. do autor, 1997.
- CAMPOS, Maria do Rosário Castiço, *Lousã no século XVIII. Redes de Sociabilidade e Poder*. Coimbra: Palimage Editores, 2010.

- CAPELA, José Viriato, *A Câmara, a Nobreza e o Povo do concelho de Barcelos*, Barcelos, 1989.
- CAPELA, José Viriato, *O Município de Braga de 1750 a 1834. O Governo e a administração económica e financeira*. Braga, 1991.
- COELHO, Maria Virgínia, *Perfil de um poder concelhio: Santarém durante o reinado de D. José*. Lisboa: Univ. Nova, 1993.
- FERNANDES, Paulo Jorge da Silva, *Elites e Finanças Municipais em Montemor-o-Novo Do antigo Regime à Regeneração (1816-1851)*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o -Novo, 1995.
- FONSECA, Teresa, *Absolutismo e municipalismo. Évora 1750-1820*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- FONSECA, Teresa, *Administração senhorial e relações de poder no Concelho de Vimieiro: 1750-1801*. Arraiolos: Câmara Municipal, 1998.
- FONSECA, Teresa, *Relações de Poder no Antigo Regime. A administração municipal em Montemor-o-Novo (1777-1816)*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, 1995.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *O Algarve Económico. 1600-1773*, Lisboa: Editorial Estampa, 1988.
- MARINHO, José da Silva – *Construction d'un gouvernement municipal. Élités, élections et pouvoir à Guimarães entre absolutisme et libéralisme (1735-1834)*. Braga: Univ. do Minho, 2000.
- MOTA, Eduardo – *Administração municipal de Gouveia em finais de setecentos*. Gouveia: Gaudela, 1990.
- NETO, Margarida Sobral, *Terra e Conflito. Região de Coimbra, 1700-1834*. Viseu, Palimage Editores, 1997.
- OLIVEIRA, António, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971, vol. I, pp. 7-83.
- OLIVEIRA, Isabel Maria Simões de, *A Figueira da Foz de 1771 a 1790: poder e quotidiano municipal*. Coimbra: Fac. Letras, 1995.
- OLIVEIRA, Pedro Quintela, *Castelo Branco. As faces do poder municipal (1775-1822)*. Coimbra: Fac. Letras, 2002.
- PARDAL, Rute, *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina. Estratégias de controlo do poder local (1580-1640)*, Lisboa: Edições Colibri/CIDEHUS, 2007.

- RAMOS, Anabela, *Violência e Justiça em terras de Montemuro*. Viseu: Palimage Editores, 1998.
- REIS, Maria de Fátima, *Santarém no Tempo de D. João V. Administração, Sociedade e Cultura*, Lisboa: Edições Colibri, 2005.
- RIBEIRO, Ana Isabel Sampaio, *Estruturas, redes e dinâmicas sociais. A comunidade de Eiras em finais do século XVIII*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.
- RIBEIRO, Teresa Casquilho, *O Município de Alter do Chão nos finais do século XVIII. Rostos do poder concelhio*. Viseu: Palimage Editores, 1998.
- RODRIGUES, José Damião, *São Miguel no século XVIII. Casa, Elites e Poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, 2 vols.
- SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o seu termo (1580-1640). Os homens, as instituições e o poder*, Porto: Faculdade de Letras, 1985, 2 vols.
- SILVA, Joaquim Candeias da, *Abrantes. A Vila e seu Termo no Tempo dos Filipes (1580-1640)*. Lisboa, Edições Colibri, 2000.
- SOARES, Sérgio Cunha, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo. Poder e poderosos*. Coimbra: CHSC, vol. I (2001), vol. II (2002), vol. III (2004).
- VIDIGAL, Luís, *Câmara, Nobreza e Povo. Poder e Sociedade em Vila Nova de Portimão*, Portimão, 1993.

3. Repertórios de história local portuguesa

- ARANHA, P.W. de Brito, *Bibliographie des ouvrages portugaises pour servir à l'étude des villes, des villages (...) du Portugal, Açores, Madère et possessions d'outremer*, Lisboa, 1900.
- CALLIER-BOISVERT, Colette, “La vie rurale au Portugal. Panorama des travaux en langue portugaise », *Études Rurales*, nº 27, 1967, pp. 95-134.
- DIAS, Eduardo Rocha Dias, *Monographias e outras obras referentes a várias localidades e monumentos do Continente de Portugal*, Lisboa, 1908.
- FIGUEIREDO, Mesquita, *Subsídios para a Bibliografia da Historia Local Portuguesa*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1933.

- LAUTENSACH, Hermann, *Bibliografia geográfica de Portugal*, Lisboa, 1948;
- LIMA, Durval Pires de Lima, *Bibliografia Corográfica de Portugal*, 2 tomos (A-L e M-V), Lisboa, 1962-64, e 2 suplementos (A-J e L-V), Lisboa, 1968-69.
- LOUREIRO, José Pinto, *Bibliografia Coimbrã*, Coimbra, 1964.
- PEREIRA, Benjamim Enes, *Bibliografia Analítica de Etnografia*, Lisboa, 1965.
- REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO DA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA, 1974-1994, Coimbra, Fac. Letras, 1995.

4. Corografias e dicionários geográficos

- ANDRADE, Agostinho Rodrigues de, *Dicionário corográfico do reino de Portugal*, Coimbra: Imp. da Universidade, 1878.
- ANDRADE, Agostinho Rodrigues de, *Corografia historico-estatística do distrito de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1896.
- BAPTISTA, João Maria; OLIVEIRA, João Justino Baptista de, *Chorographia moderna do Reino de Portugal*. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias. 7 vol., 1874-1879.
- BETTENCOURT, Emiliano Augusto de, *Diccionario chorographico de Portugal e Ilhas Adjacentes contendo as divisões administrativa, judicial, eclesiastica e militar ultimamente decretadas...* 3ª ed. Lisboa: Typographia Universal, 1885.
- CARDOSO, Luís, *Diccionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Silviana, 1747-1751, 2 vol.
- CARDOSO, Luís, *Portugal sacro-profano, ou catalogo alfabetico de todas as freguesias dos reinos de Portugal e Algarve: das igrejas com seus oragos...* Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767-1768, 3 vol.

- CASTRO, João Baptista de, 1700-1775, *Mappa de Portugal antigo, e moderno*, Lisboa: Na Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763.
- CASTRO, João Baptista de, *Roteiro terrestre de Portugal em que se ensinam por jornadas e summarios não só os caminhos, e as distancias, que ha de Lisboa...* 1ª. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1748.
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: na Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712. 3 vol.
- FRAZÃO, A. C. Amaral, *Novo dicionário corográfico de Portugal: Continente e Ilhas Adjacentes*. 2ª ed. aum., rev. e actual. por A. A. Dinis Cabral. Porto: Editorial Domingos Barreira, 1981.
- LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho; FERREIRA, Pedro Augusto, *Portugal antigo e moderno: dictionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira. 12 vol., 1873-1890.
- LEAO, Duarte Nunes de, *Descrição do Reino de Portugal*. Em Lisboa: por Iorge Rodriguez, 1610.
- LIMA, Luís Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736, 2 vol.
- LIMA, Baptista de, *Terras Portuguesas*. Pref. de António Baião. Póvoa de Varzim: Tip. Camões. 8 vol., 1932-1940.
- LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou memória económica, estadística e topográfica do reino do Algarve*. Lisboa: Typographia da Academia, 1841.
- LOPES, João Baptista da Silva (coord.), *Diccionario postal e chorographico do Reino de Portugal comprehendendo a divisão administrativa, judicial e ecclesiastica do Continente do Reino e dos archipelagos dos Açores e Madeira*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891-1894. 3 vol., 1891-1894.
- MARIA, Vicente, *Descripçam corografica do Reyno de Portugal, que contem huma exacta relaçam de suas províncias...* Lisboa Occidental: na Off. de Miguel Rodrigues, 1739.

- MARQUES, Pedro José, *Diccionario geographico abbreviado das oito provincias dos reinos de Portugal e dos Algarves, com a designação dos concelhos, comarcas, districtos, provincias, dioceses, oragos, freguezias, congruas respectivas, legoas de distancia, correios e feiras. Seguido de interessantes noticias corographicas e historicas; assim como d'uma tabella demonstrativa das Comarcas judiciais, concelhos, numero de fogos...* Porto, 1853.
- MEIRELES, Vicente Ribeiro de, *Promptuário das Terras de Portugal* (1689). Biblioteca Nacional (Manuscrito 2298).
- PEREIRA, João Manuel Esteves, RODRIGUES, Guilherme, *Portugal: diccionario historico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico...* Lisboa: João Romano Torres. 7 vol., 1904-1915.
- VASCONCELOS, J. Leite de (coord.), *Diccionario da Chorographia de Portugal contendo a indicação de todas as cidades, villas e freguezias [...]*. Porto: Livraria Portuense de Clavel, 1884.